

Da informalidade à variabilidade formal

estratégias de planeamento e gestão urbana em
contextos de incerteza

o município de Santo Tirso entre as Normas Provisórias e a revisão do PDM

Bruno Moreira | bmoreira@arq.up.pt

Da informalidade à variabilidade formal

“tese da tese”

estratégias de planeamento e gestão urbana em
contextos de incerteza

problemática

o município de Santo Tirso entre as Normas Provisórias e a revisão do PDM

espaço / tempo em estudo

os dispositivos de planeamento **formais** são **ineficazes**
face à **incerteza**, velocidade e intensidade das
transformações contemporâneas nas dinâmicas e
formas urbanas do território **difuso**

problema

demonstrar, recorrendo à **reflexão** em torno de exemplos de planeamento municipal formal e informal, como a **informalidade** e a **variabilidade formal** são essenciais para tornar o **planeamento** e a **gestão urbana** contemporânea mais **operativos**

objectivo

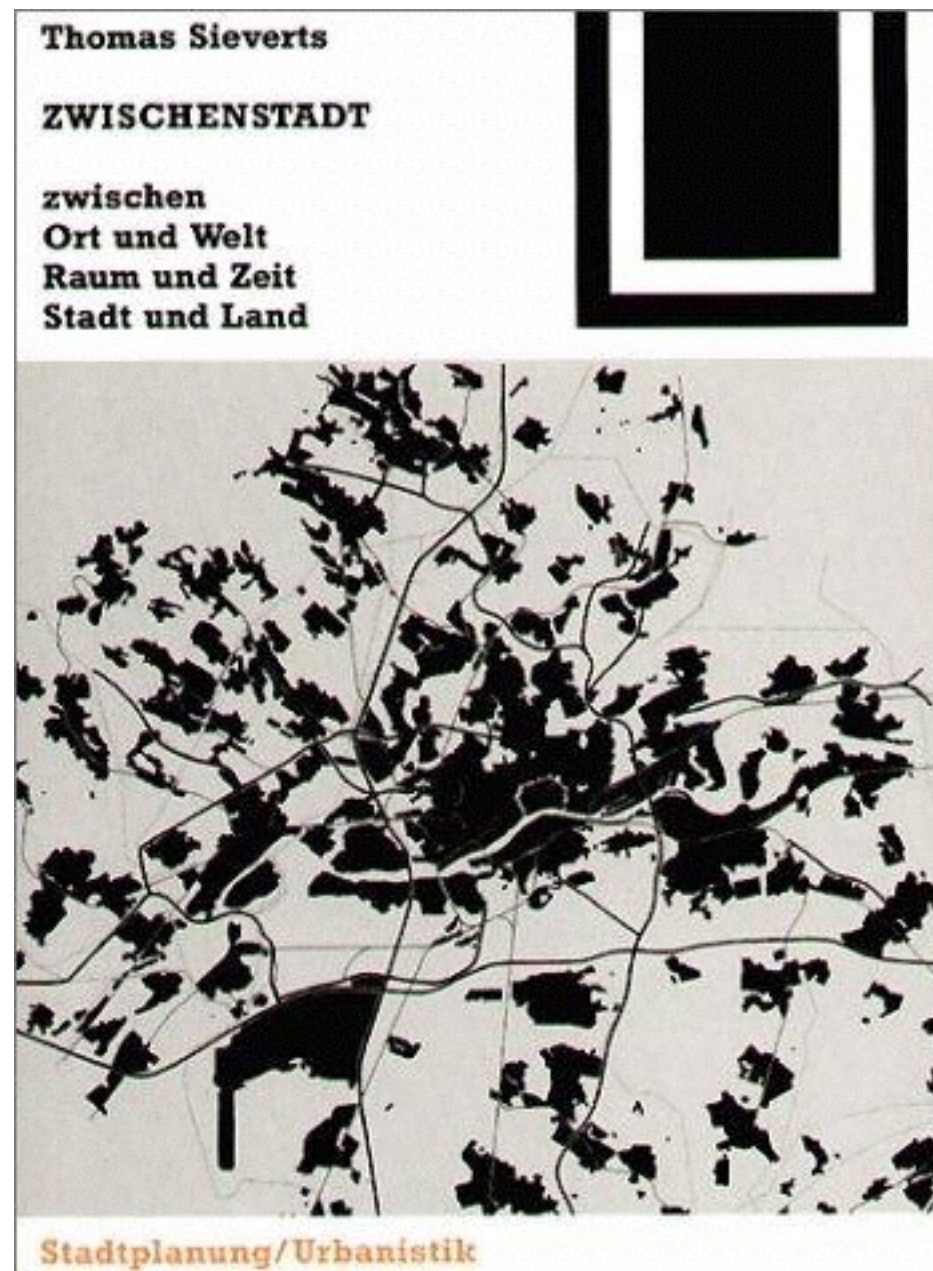
1. território



Google earth

Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO
Image Landsat





“The term Zwischenstadt signifies that **today’s city** is in an **‘in between’ state**, a state between place and world, space and time, city and country.”

Zwischenstadt (Thomas Sieverts, 1997)



“Y la tercera es la **nueva ciudad** que se forja hoy ante nuestros ojos, de difícil percepción por sus **límites difusos y variables**, que engloba la ciudad grande o conurbación preexistente y un conjunto de núcleos de todos los tamaños y edades, así como zonas rurales o espacios naturales. Es la **ciudad que aún no entendemos**, es el **principal desafío urbano**”

La ciudad conquistada (Jordi Borja, 2003)

Reconhecer o conceito de urbano face à persistência do conceito de cidade {Choay, 1999}

Maioria da população não reside nas “cidades” [tradicionais] {Portas 2002}

pertinência

Pobreza de resultados urbanísticos no "entre-cidades" {Borja 2003}

Repensar a importância da “região” nos desafios do desenvolvimento {Cabral 2004}











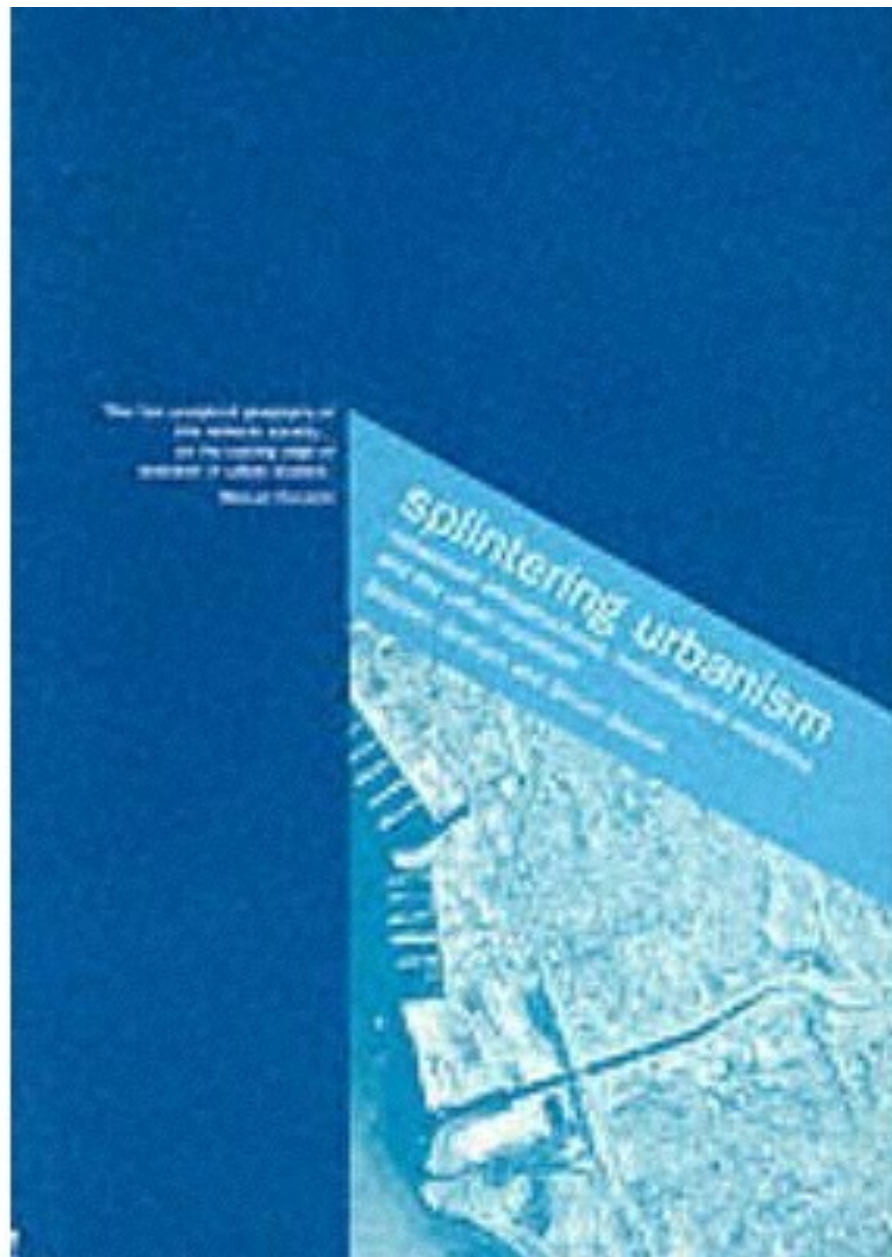












“Most of the central tenets of the [modern] **ideal** – the need for **public or private infrastructure monopolies**, for **singular and standardised technological grids** across territories, for the ‘**binding**’ of **cities into supposedly ‘coherent’ entities** – became **deeply problematic and difficult to defend**. Twenty years later (...) privatisation, liberalisation, globalisation and the application of new technologies weave across the planet”

Splintering Urbanism (Stephen Graham and Simon Marvin, 2001)

incerteza

informalidade

operatividade

flexibilidade

variabilidade formal

conceitos

informalidade e variabilidade formal

como mecanismos de

flexibilidade

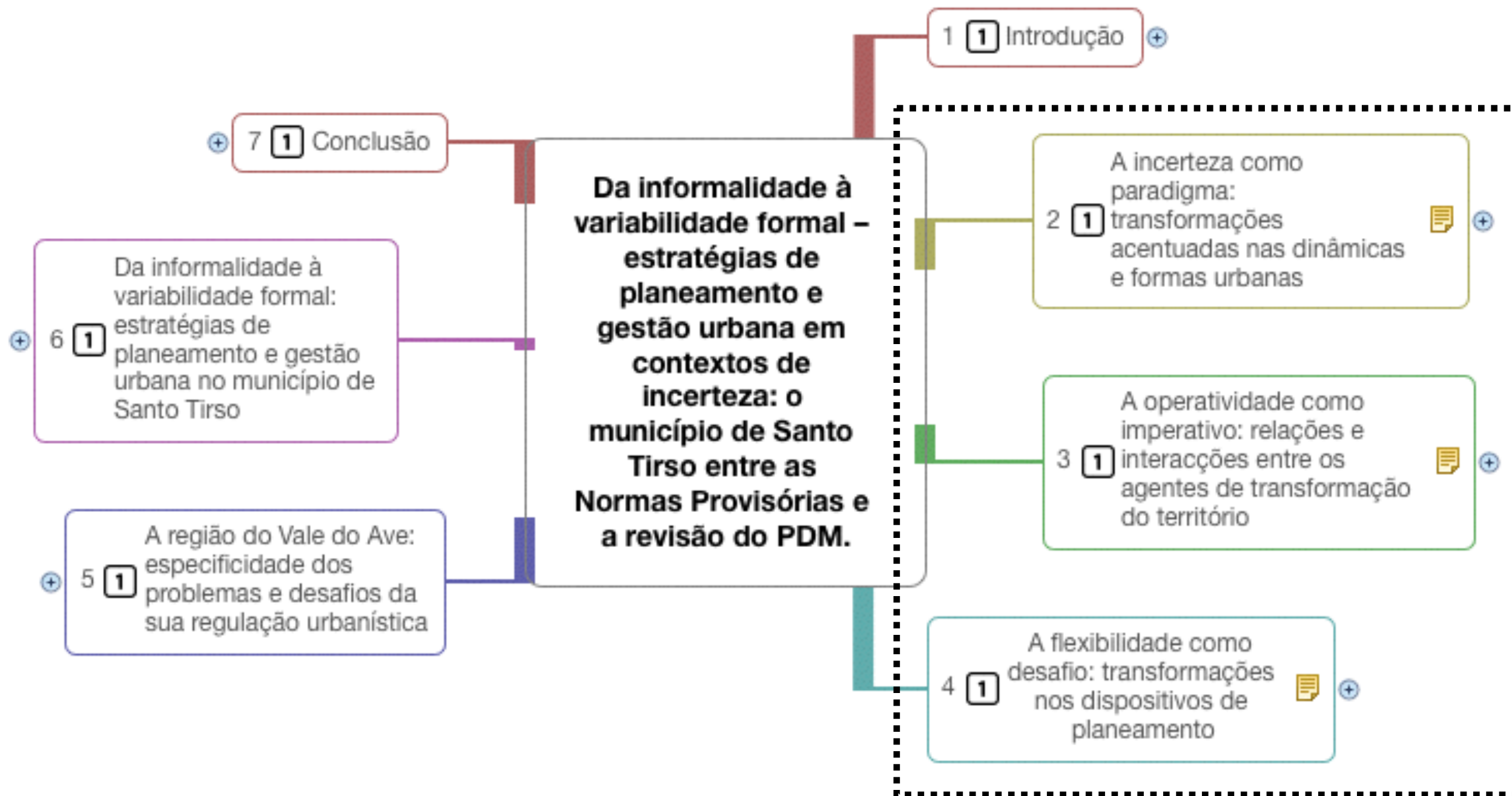
necessários para promover a

operatividade

do planeamento e gestão urbana em contextos de

incerteza

hipótese



incerteza



Comte (1798-1857)

Filosofia positivista



Heisenberg (1901-1976)

Princípio da Incerteza

campo | cidade

concentrado | disperso

dicotomias em falência

urbano | rural

centro | periferia

campo | cidade

[urbano como] “**sistema operatório, válido em qualquer lugar, cidade ou campo**, de referência física e mental, constituído por redes materiais e imateriais e objectos técnicos, cuja manipulação coloca em jogo imagens e informações em circuito fechado sobre as relações da sociedade com o espaço, o tempo e os homens.”

(Choay, F. - O reino do urbano e a morte da cidade, 1994)

urbano I rural

“Actual sistema de ordenamento do território assente na contenção do perímetro urbano impedindo consumo de solo rural pelo urbano, **princípio** indispensável mas **de concepção ultrapassada – baseada no modelo da cidade compacta, na separação rural-urbano** – o que degrada espaço rural ao ignorar o seu papel na cidade contemporânea, ao mesmo tempo que desqualifica o espaço urbano.”

Soares, L. B. - Área Metropolitana de Lisboa – a procura de um novo paradigma urbano. Estratégia, Planeamento e Gestão nos Territórios Urbanos dispersos. Sociedade e território. Porto. 39 (2005) 11-23.

concentrado | disperso

- necessidade de entender a dispersão não como corrupção mas como perversão do planeamento mas como mais uma realidade urbana

Domingues, Á. - Face-a-face. Álvaro Domingues entrevistado por Ricardo Miguel Gomes. UPorto Alumni. Porto. 18 - 2º Série (2013) 32-38

- concentração e dispersão não são opção técnica ou política: são uma realidade

Soares, L. B. - Área Metropolitana de Lisboa – a procura de um novo paradigma urbano. Estratégia, Planeamento e Gestão nos Territórios Urbanos dispersos. Sociedade e território. Porto. 39 (2005) 11-23

centro | periferia

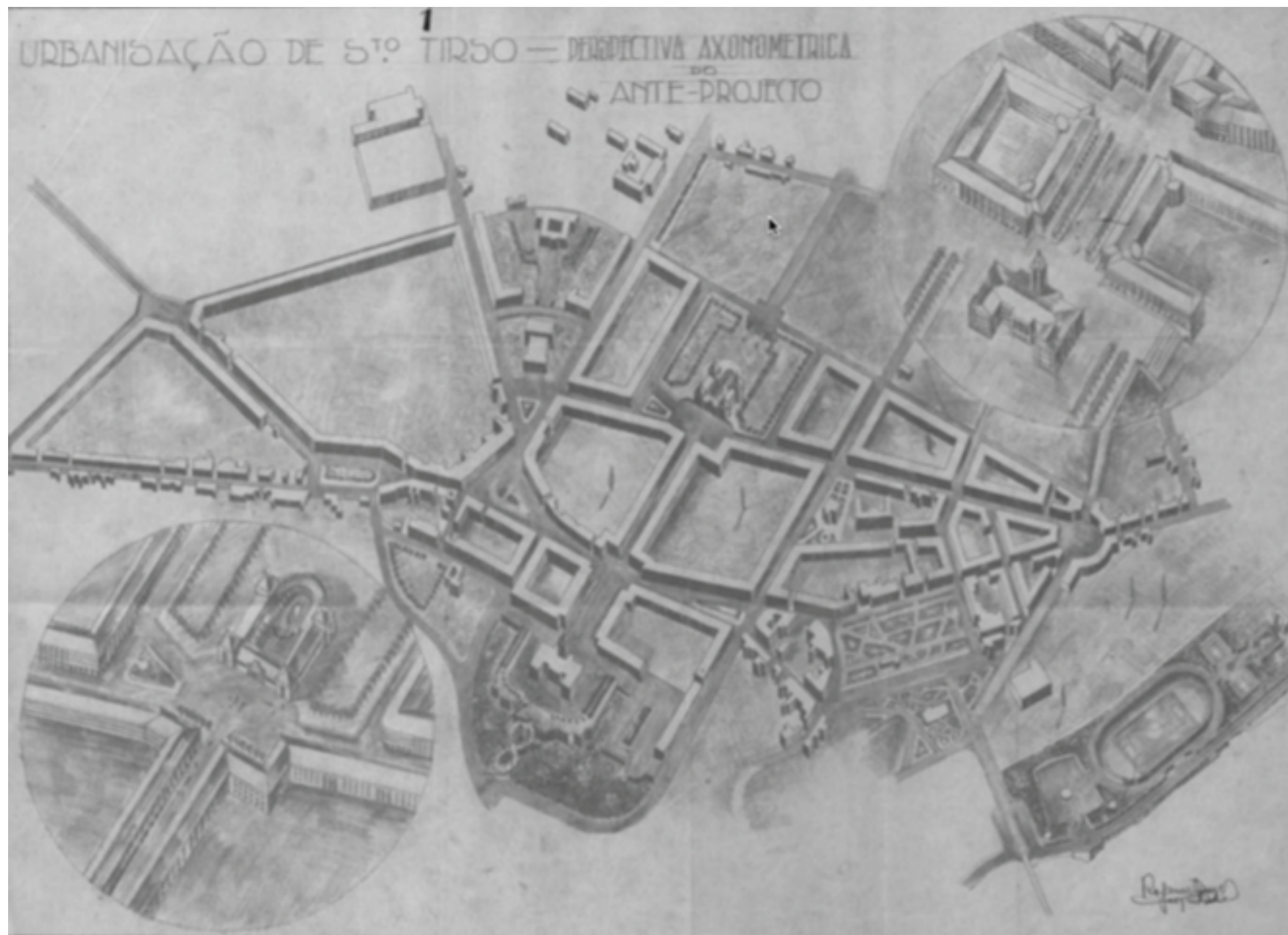
- diluição física da noção de “centro” face ao desenvolvimento das periferias

George, P. - Da estrutura ao desenho urbano – algumas considerações. Sociedade e território. Porto. 22 (1995) 112-119

- periferia é central para grande parte da população que lá vive em permanência

Guerra, I. - Viver na Periferia. Sociedade e território. Porto. 18 (1993) 106-108.

flexibilidade



Plano de Urbanização de Santo Tirso de 1945 (attr. arq. Rogério Marques). Axonometria cedida pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento.



NORMAS PROVISORIAS
ZONAMENTO MUNICIPAL

PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

SETEMBRO 1986

ples de alinhamento e cêrceas e podendo ainda autorizar-se o loteamento ordinário com abertura de arruamentos quando caibam nos limites de urbanização traçados.

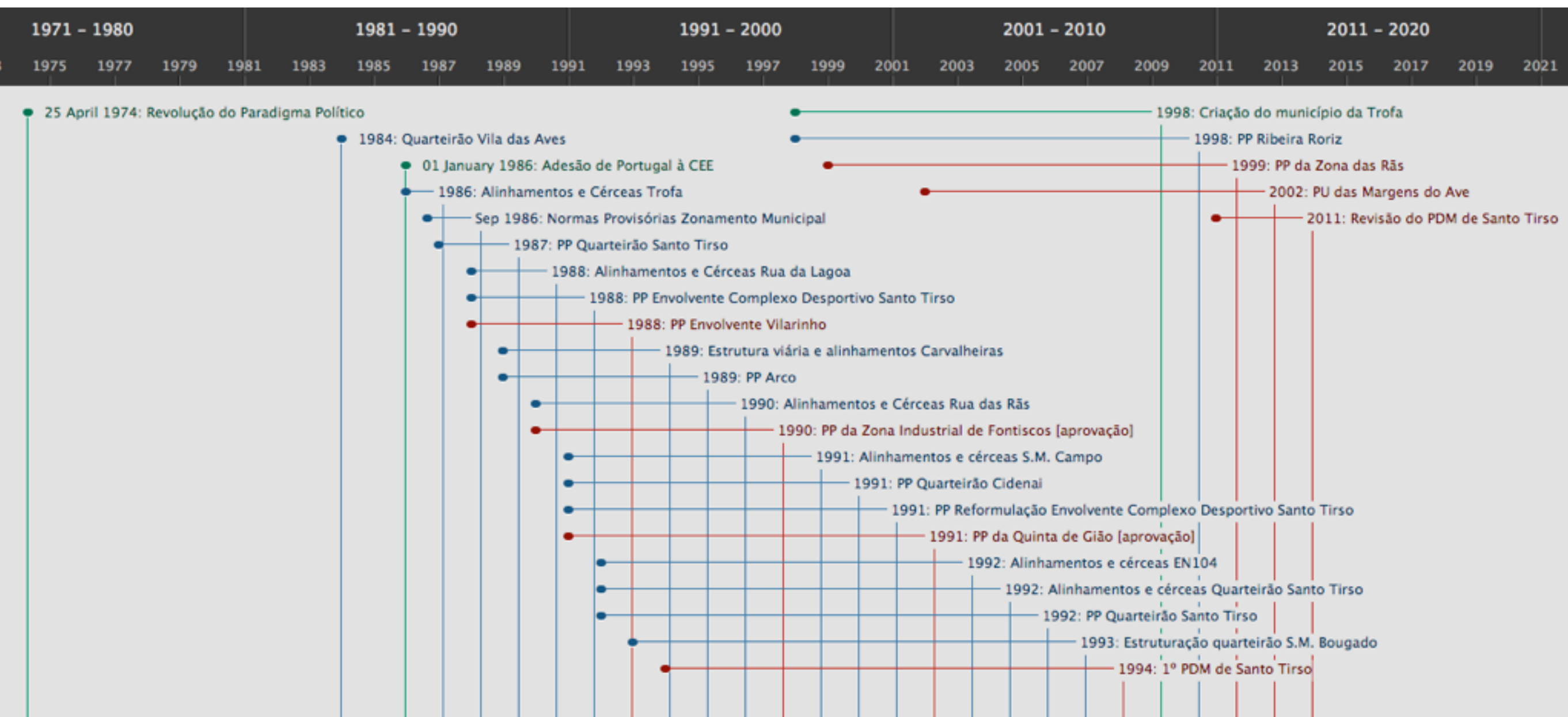
2.2. Nesta fase de normas provisórias seria bastante para o primeiro caso, o acordo das entidades tutelares das reservas agrícola e ecológica, embora a área de salvaguarda exceda largamente estas duas delimitações legais; no segundo caso o que se propõe não é mais do que a redelimitação de aglomerados, em substituição da definição geométrica do D.L. 400/84 (aliás de difícil aplicação em áreas de povoamento disperso), com a vantagem do melhor conhecimento do local e, nos casos de conflito com as reservas legais, após acordo sobre a respectiva exclusão, com as respectivas entidades tutelares (CNROA, DGO). A delimitação das RAN e REN ficaria assim esclarecida desde já para os efeitos legais.

2.3. Entre os dois tipos de zona atrás apontados que, caricaturalmente, poderíamos designar de Zona de Não e Zona de Sim - sempre referidas no regulamento que define as necessárias excepções para a primeira e define as condicionantes gerais para a segunda - temos ainda uma área - a Zona de Talvez - em que certos processos de urbanização e, sobretudo, certas iniciativas de edificação podem ser aceites se garantidas certas contrapartidas nos termos legais. Propõe-se no entanto que nesta terceira zona o regulamen

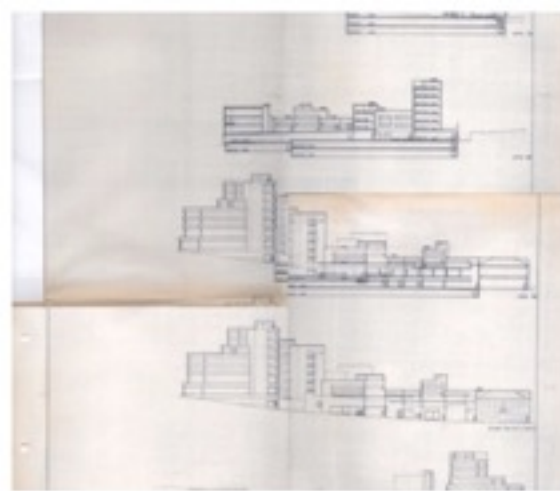
to estabeleça desde já as principais regras de jogo - para influenciar os negócios fundiários desde o seu início - e portanto não exagerar a descricionaridade da actuação municipal.

2.4. Em relação à gestão passada que se praticava na região, esta zona de transformação condicionada - que na realidade é a sobrança das outras duas a que presidem razões positivas - vem a corresponder aos terrenos em que a Administração não tinha já razões legais para se opor a processos de edificação que lhe eram requeridos. No entanto, com as Normas Provisórias, a Administração aponta alternativas positivas - a Zona do "Sim" - e, na Zona do "Talvez" aponta ainda critérios preferenciais para as iniciativas que aí ocorram e que consistem, sobretudo, na exigência de contrapartidas (acesos e infraestruturas em função do número e dimensão dos lotes), dificultando todas aquelas que se não aproximem dos aglomerados ou vias com capacidade para apoiar residências ou instalações produtivas.

Está-se pois numa situação bastante mais favorável, para o interesse público, do que a actual de não existência de normas conhecidas pelo público e de sobrecarga dos serviços para a apreciação, caso a caso, em território de tão grande extensão como é o do Concelho de Santo Tirso.



planos formais e informais: alguns exemplos



2. Em situações especiais, a Câmara poderá autorizar, por razões de localização, dimensões de lotes existentes ou procedimentos locais, um afastamento lateral mínimo de 2 metros, entre as fachadas de edificações com aberturas das composições das habitações e as linhas laterais de respectivos lotes.

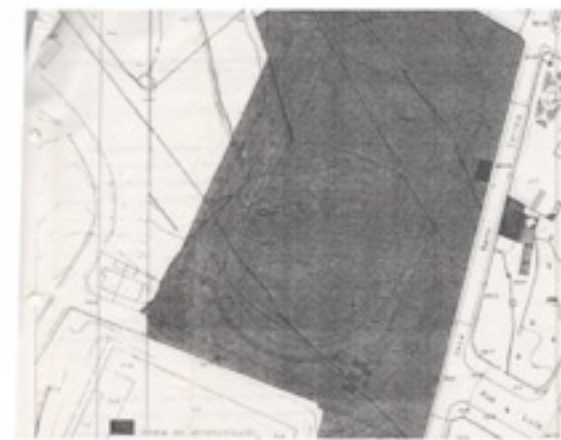
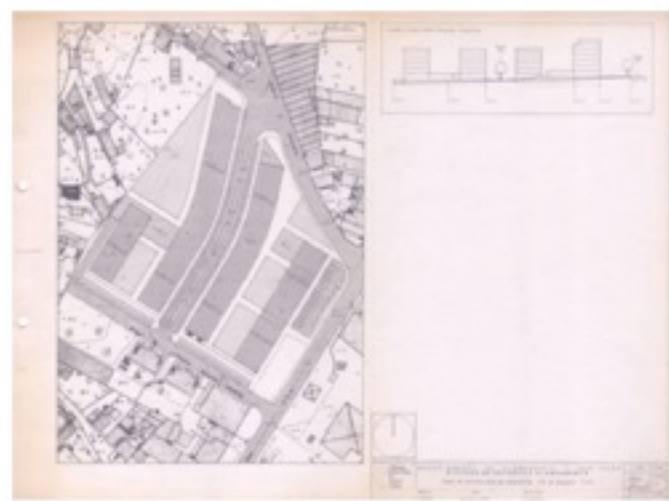
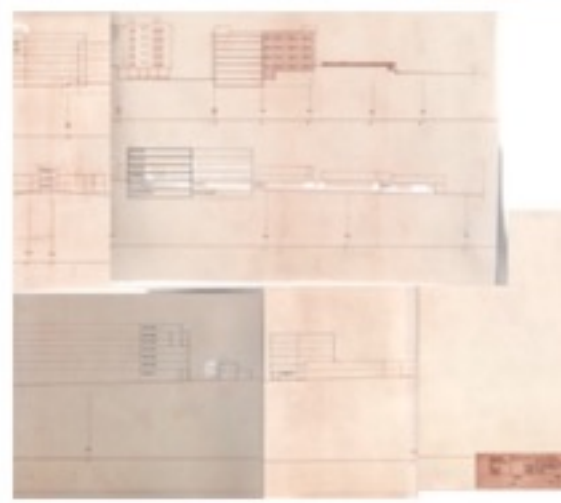
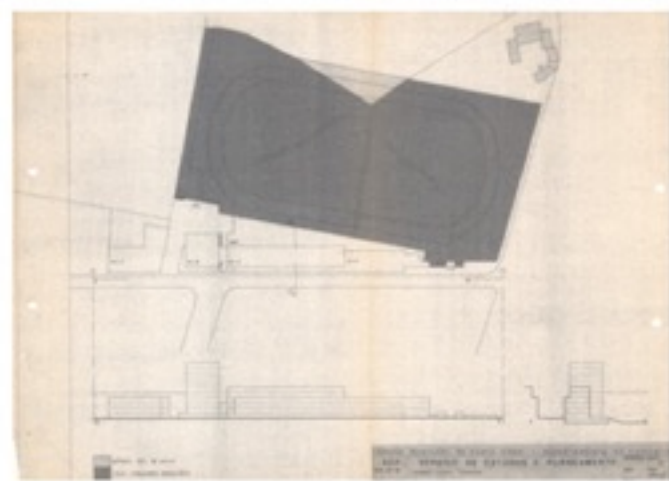
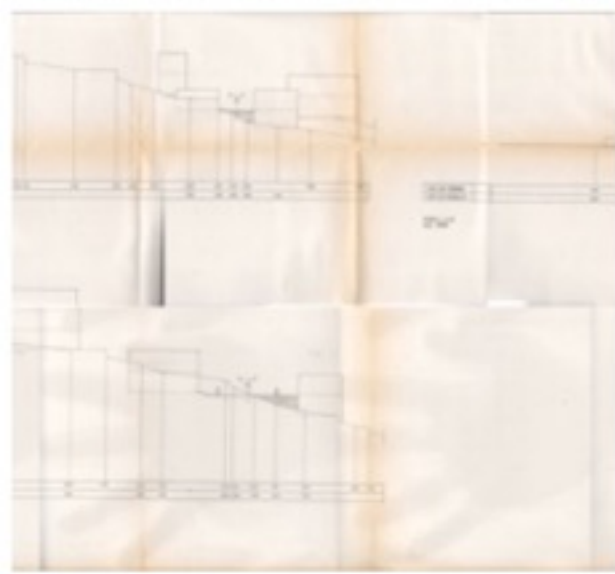
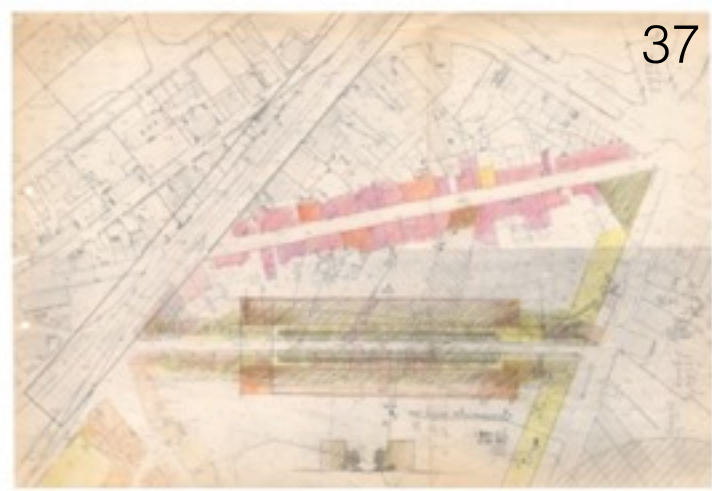
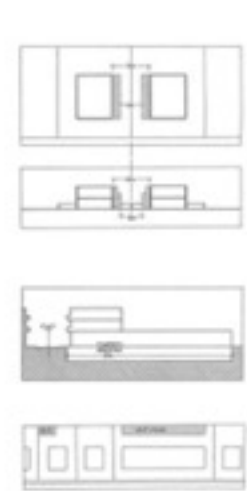
3. Nenhuma casa, sempre que haja as paredes, alpendres ou quaisquer outras construções salientes de afastamento do fechamento lateral, a distância mínima inferior, será construída a partir das linhas existentes dessas construções.

Artigo 129

As áreas destinadas a habitação, no âmbito do Arrolamento de construções de habitação uni e multifamiliar, no caso de construção adossada de dois e mais eixos, e em qualquer caso não poderão exceder a profundidade máxima de 45 metros ficando sujeitos aos afastamentos definidos no artigo anterior.

Artigo 130

2. A área mínima para anexos ou garagens em lotes de habitação uni e multifamiliar é de respectivamente 40 e 15 m² por vaga, não podendo exceder em qualquer caso 15% da área total do lote.



flexibilidade?

- respostas “just-in-time” num contexto pós-fordista marcado pela incerteza nas formas de produção e consumo

Ascher, F. - Vers un urbanisme strategique, decisionnel et heuristique. Sociedade e território. Porto. 13 (1991) 115-127

- capaz de acomodar a incerteza e a mudança, adequando os planos às necessidades à medida que estas evoluem; reconhecimento da impossibilidade de prever as alterações sociais, económicas, ambientais

Blowers, A. and Evans, B. - Town Planning into the 21st Century. London; New York : Routledge, 1997.

flexibilidade?

- necessidade de questionar os instrumentos de intervenção, a relação entre plano e gestão e entre plano e incerteza.
- necessidade de construir a flexibilidade no sistema de planeamento (**Faludi: redução da distancia entre política e decisão operacional**)

Veneza, A. - A flexibilidade como desafio. Sociedade e território. Porto. 28 (1998)
119-123

obrigado

Esta apresentação enquadra-se no trabalho em desenvolvimento na Tese de Doutoramento “Da informalidade à variabilidade formal – estratégias de planeamento e gestão urbana em contextos de incerteza: o município de Santo Tirso entre as Normas Provisórias e a revisão do PDM”, que se encontra a ser financiada pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia – ao abrigo do programa QREN-POPH e da Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/86675/2012, e a ser desenvolvida pelo autor no Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

Bruno Moreira | bmoreira@arq.up.pt

